

## **Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>**

*Insertion and Expansion of Agribusiness in Western Bahia: The (re)production of inequalities in the Territory of Identity of the Rio Grande Basin-Bahia, in the decade 2000-2010*

**Joelia Silva dos Santos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –IFBA, BA, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6490-332X>

**Matheus Silva de Oliveira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –IFBA, BA, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-4359-5548>

**Resumo:** A delimitação do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, localizado no oeste do estado da Bahia, está atrelada, dentre outros fatores, à forte presença do agronegócio. A atividade agrícola moderna passou a ser desenvolvida em grande escala a partir da década de 1980, gerando grandes volumes de capitais que impulsionaram fluxos de pessoas atraídas pelos empregos advindos direta e indiretamente da atividade agroindustrial. Por outro lado, esse cenário de desenvolvimento econômico fomentado pela alocação de investimentos públicos e privados, por agentes hegemônicos nacionais e internacionais motivados pelo interesse do capital, contribuiu para agravar as desigualdades no tecido social que constituiu o território. As disparidades socioeconômicas evidenciadas pela concentração de renda foram constatadas nas pesquisas bibliográfica e documental realizadas para sustentar teoricamente a construção dos argumentos acima aludidos. Além disso, a coleta dos dados dos indicadores dos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), asseveram as contradições presentes na (re)produção das desigualdades. Assim, os resultados desta pesquisa indicam que o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande se constituiu, no recorte temporal em análise, enquanto espaço de geração de riqueza paralelo ao aprofundamento das disparidades socioeconômicas.

**Palavras-chave:** Território. Desigualdade. Agronegócio.

**Abstract:** The delimitation of Rio Grande Basin Identity Territory, located in the west of the state of Bahia, is linked, among other factors, to the strong presence of agribusiness. Modern agricultural activity started to be developed on a large scale from the 1980s, generating large volumes of capital that boosted flows of people attracted by jobs arising directly and indirectly from agro-industrial activity. On the other hand, this scenario of economic development fostered by the allocation of public and private investments by national and international hegemonic agents, motivated by the interest of

## Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

capital, contributed to deepen the inequalities in the social fabric that constituted the territory. The socioeconomic disparities evidenced by the concentration of income were found with the bibliographic and documentary research carried out to theoretically support the construction of the arguments mentioned above, in addition, the collection of data from the indicators of the Demographic Censuses of the years 2000 and 2010 on the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) assert the contradictions present in the (re)production of inequalities. Thus, the results of this research indicate that the Identity Territory of the Rio Grande Basin was constituted, in the time frame under analysis, as a space for generating wealth parallel to the deepening of socioeconomic disparities.

**Keywords:** Territory. Inequality. Agribusiness.

### Introdução

A gênese da demarcação dos Territórios de Identidade no estado da Bahia advém das ações desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), a partir de 2003, em consonância com a proposta de execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) articulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, por meio do fortalecimento econômico dos territórios rurais no Brasil. Como resultado desse processo, em 2007 o governo do estado da Bahia institucionalizou a regionalização territorial, aglomerando municípios que possuíam semelhanças nos aspectos culturais, geoambientais, políticos institucionais e econômicos, denominando-os Territórios de Identidade (DIAS *et al.*, 2006; BAHIA 2000-2013). É a partir dessa divisão que o governo do estado da Bahia criou as unidades administrativas territoriais, adotando-as como base para o planejamento e a implementação de políticas públicas.

A delimitação do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande foi proposta com base em múltiplos aspectos identificados pelos segmentos sociais que, sob a ação do estado, articularam o processo de regionalização. Contudo, o fator de destaque para a formação do território consistiu na representatividade das atividades econômicas predominantes vinculadas à produção agrícola, principalmente considerando como referência os municípios que despontavam no segmento da agricultura moderna.

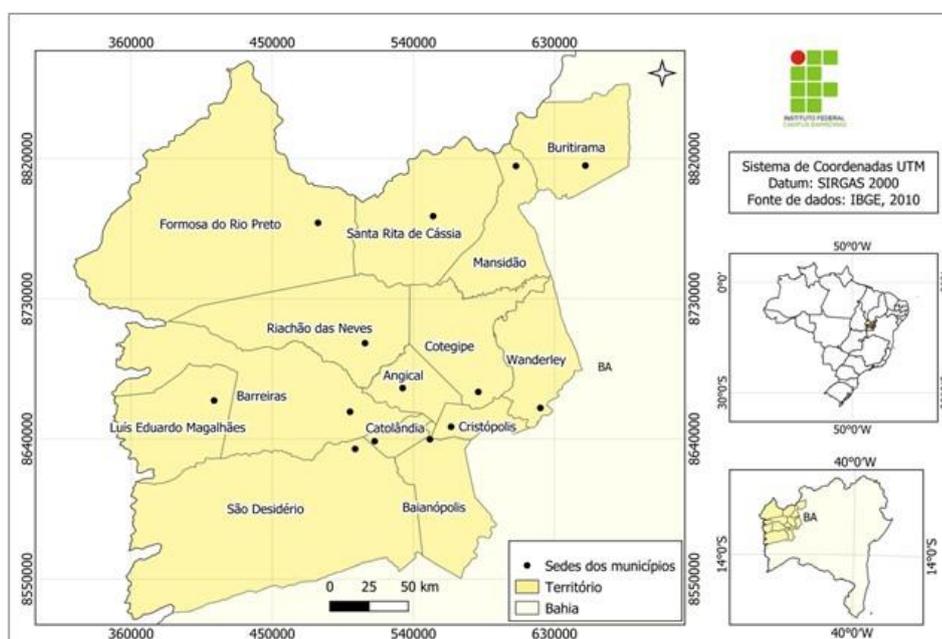
Localizado no oeste do estado da Bahia, (Figura 1), este território é composto por Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley. Destes, os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério possuem proeminência na produção agroindustrial, devido à inserção e expansão da atividade agrícola mecanizada intensificada a partir da década de 1980, com a alocação de investimentos públicos e privados por agentes hegemônicos nacionais e internacionais com interesses na capitalização do setor, pela revalorização econômica das terras do “Além São Francisco”, nomenclatura utilizada até meados da década de 1980, “[...] fazendo uma

## Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

referência à falta de expressão econômica e ao isolamento da região com relação a capital do Estado - Salvador - e a outros centros importantes do país” (SANTOS FILHO; RIOS FILHO, 2008, p. 2).

A atual configuração sócio espacial do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, contendo espaços de densidade populacional, de infraestrutura e serviços, além da concentração de renda, em detrimento dos espaços desprovidos dos serviços públicos básicos, revela o aprofundamento das desigualdades ao longo da trajetória de modernização da agricultura. Esse cenário concebido pela ação do estado brasileiro e sustentado pelos interesses de expansão do capital através da manutenção da função econômica do Brasil como país produtor e exportador de produtos primários para nações economicamente desenvolvidas (FURTADO, 2005), foi reproduzido no oeste baiano, ampliando as disparidades socioeconômicas, no decênio 2000-2010.

**Figura 1 - Localização do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, 2018**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2018).

Considerando o recorte temporal mencionado, este estudo tem como objetivo analisar o processo de (re)produção das desigualdades socioeconômicas no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande evidenciadas pela concentração de renda e constatadas nas pesquisas bibliográfica e documental realizadas para sustentar, teoricamente, a construção dos argumentos aludidos. Além disso, a coleta dos indicadores dos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010 nos *sites* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>2</sup>, do IBGE (2018) e sua posterior tabulação com a elaboração de mapas e gráficos, sustentam a assertiva sobre as contradições na (re)produção das

desigualdades pela análise da renda *per capita*, dos extremamente pobres, dos pobres, da porcentagem das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, e da porcentagem das pessoas ocupadas no setor agropecuário.

As discussões que perpassam as questões referidas seguem nas seções que abordam o processo de acirramento da desigualdade no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, a partir da inserção e expansão do agronegócio no oeste do estado da Bahia, partindo da premissa da apropriação da terra pelo capital, seguida da explanação sobre os aspectos socioeconômicos, por meio da análise dos indicadores dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010, cujos dados apontam para o aprofundamento da desigualdade, no recorte temporal em análise.

### **A Expansão do Agronegócio e a (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande**

A desigualdade socioeconômica no Brasil institucionalizada pelo processo de colonização permaneceu enraizada no aparato do estado brasileiro, como resultado das ações direcionadas aos interesses de grupos econômicos que sempre exerceram influências frente às decisões e deliberações efetivadas pelas instâncias político-administrativas do país, no tocante aos usos do território. O processo de (re)produção das desigualdades adentrou os rincões do território brasileiro, sendo materializado na base social na medida em que ocorria o povoamento do interior do país.

A manutenção da função do Brasil como país agroexportador voltado para o mercado externo (ANDRADE, 1989, 2004) foi estendida ao oeste do estado da Bahia pelas ações governamentais esteadas a partir da década de 1980 e direcionadas à expansão da fronteira agrícola. Assim, a sustentação do paradigma da modernização conservadora consolidado no Brasil garantiu a reprodução do capital e fez afluir profundas assimetrias socioeconômicas no oeste do estado. Portanto, a análise da (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, no decênio 2000-2010, pressupõe a contextualização das ações desenvolvidas pelo governo brasileiro que culminaram com a difusão do agronegócio no oeste do estado da Bahia.

Na década de 1960, os projetos de integração nacional executados pelo governo federal resultaram na interligação dos espaços interioranos do território pela construção do modal rodoviário. O oeste baiano foi interligado à capital do país pelas BR 135 e BR 020 e à capital do estado pela BR 242. A partir da década de 1970, o governo federal direcionou incentivos à ocupação dos cerrados brasileiros com o objetivo de promover a ampliação da produtividade agrícola atraindo investidores do país e do exterior. O interesse dos japoneses pelos cerrados do oeste baiano resultou na implantação do Programa de Cooperação Nipo-

## Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER II) ocorrido entre os anos de 1985 e 1993, com ênfase no cultivo da soja.

As pesquisas desenvolvidas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), no artigo intitulado *Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco*, concebido a partir de 1986, tinham como objetivo o planejamento para a integração das áreas do cerrado brasileiro à economia nacional com a industrialização da soja. No que se refere à região de Barreiras, o estudo apontou elevado potencial para a expansão da atividade mecanizada.

Trata-se, sem qualquer margem de dúvidas, de uma região onde a soja irá se expandir por centenas de milhares de hectares, tornando-se certamente o maior polo produtor de soja no País, dadas as condições extremamente favoráveis de topografia, solo e clima, além da infra-estrutura já existente (CODEVASF, 1989, p. 34).

A projeção realizada na década de 1980 foi confirmada nas décadas seguintes, uma vez que o oeste da Bahia passou a deter os maiores índices de produtividade agrícola do estado. A título de exemplo, em 2005 a colheita da soja foi de 2.400 toneladas, garantindo um aumento de 1,5% comparado ao ano de 2004 e, nesse bojo, São Desidério concentrava 31% da produção estadual (MENDONÇA, 2006). Mas, o crescimento exorbitante da produção de grãos foi alicerçado nas relações capitalistas construídas pela lógica do uso e apropriação do território pela imposição das estruturas de poder regional com anuência do estado, confirmando a reprodução das desigualdades pela formação de rearranjos políticos cujos interesses consistiam em legitimar as decisões que favoreciam economicamente os representantes dos segmentos produtivos exógenos alinhados às ideias de grupos endógenos.

Foram as alianças que ocorreram entre, de um lado, representantes do aparelho de Estado e grandes grupos econômicos nacionais, e, do outro, figuras tradicionais do poder local, como antigos coronéis e grileiros, que obrigaram os pequenos produtores, posseiros e até grandes proprietários de terras de origem regional a disponibilizar a venda de suas propriedades nas áreas de cerrados aos grupos econômicos que se apresentavam (SANTOS, 2008, p. 83).

As transformações ocorridas no tecido social do oeste baiano, provocadas pela introdução da agricultura mecanizada, irromperam em novas dinâmicas sócio espaciais que alteraram as relações locais até então construídas, e transformaram os espaços do cerrado baiano em áreas de produção de grãos voltados para as demandas do mercado internacional.

A ruptura na estrutura produtiva outrora estabelecida em bases agrícolas tradicionais ocasionou mudanças abruptas nos aspectos sociais e econômicos da região, uma vez que o oeste baiano se tornou um espaço atrativo para a migração de grandes fluxos populacionais advindos da região sul do país e de municípios baianos, cuja população era estimulada pelas ofertas de emprego geradas pela modernização do setor.

## Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

A reorganização espacial provocou, também, reduções nas áreas de cultivo de culturas tradicionais, como o feijão e o milho destinados ao mercado local, e a ampliação nas áreas de cultivo dos grãos destinados aos mercados externos. Tal dinâmica foi alinhada à inserção de tecnologia para adaptar o cultivo de grãos às condições climáticas e pedológicas predominantes no cerrado.

Nesse sentido, Flores *et al.* (2012) vão mais além, ao esclarecerem que

Estas áreas de Cerrado também foram incorporadas [...] aos investimentos do estado em biotecnologia que levaram à descoberta de sementes de soja (cultivo no qual os sulistas foram pioneiros) adaptadas aos solos ácidos do Cerrado. Durante a década de 80, os grãos ocupavam uma alta proporção da área destinada às culturas anuais, enquanto, o feijão e o milho diminuía a percentagem de área (FLORES *et al.*, 2012, p. 3).

A instalação do complexo agroindustrial foi precedida da montagem de redes de conexão agrícola interligando o espaço econômico local ao nacional e o global. Os subsídios fornecidos pelo estado e a construção de infraestrutura incorporada à base material do território, visando a conectar os processos de produção e distribuição das mercadorias, formaram o inexorável sustentáculo da acumulação capitalista em alguns municípios que hoje possuem o título de cidades do agronegócio, como é o caso de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Esse cenário demarcou a apropriação seletiva da propriedade da terra pelos ditames do capital e do investimento na infraestrutura física e social (SANTOS, 2015) no oeste da Bahia que produziu espaços com densidade de serviços e concentração de renda em detrimento de áreas desprovidas das condições básicas à sobrevivência de alguns grupos de migrantes, como enfatiza Frederico (2011):

Nas cidades do agronegócio convivem dois tipos de migrantes: os que possuem condições de consumo e cuja infraestrutura urbana é feita para seu usufruto; e os excluídos do consumo moderno, migrantes expulsos do campo pela modernização agrícola ou provenientes das áreas mais pobres do território brasileiro, que se alojam nas áreas periféricas e aumentam o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais (FREDERICO, 2011, p. 19).

No Brasil, o crescimento da desigualdade socioeconômica apresenta relação direta com o modelo de acumulação ampliada do capital, o que se evidencia nas dimensões materiais e imateriais que sustentam a estrutura da sociedade neoliberal. Nos espaços urbanos das cidades grandes e médias, a paisagem é reveladora dos processos de segregação sócio espacial que se manifesta, por exemplo, por meio da distribuição seletiva de áreas de habitação que dispõem de infraestrutura em condições adequadas ao acesso e uso de determinado grupo social, em detrimento de outros espaços que possuem fragilidades no fornecimento dos serviços básicos destinados às populações carentes. A extensão dessas disparidades adentrou o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande e encontrou espaços para se reproduzir, devido à essência econômica que sustenta a expansão do agronegócio.

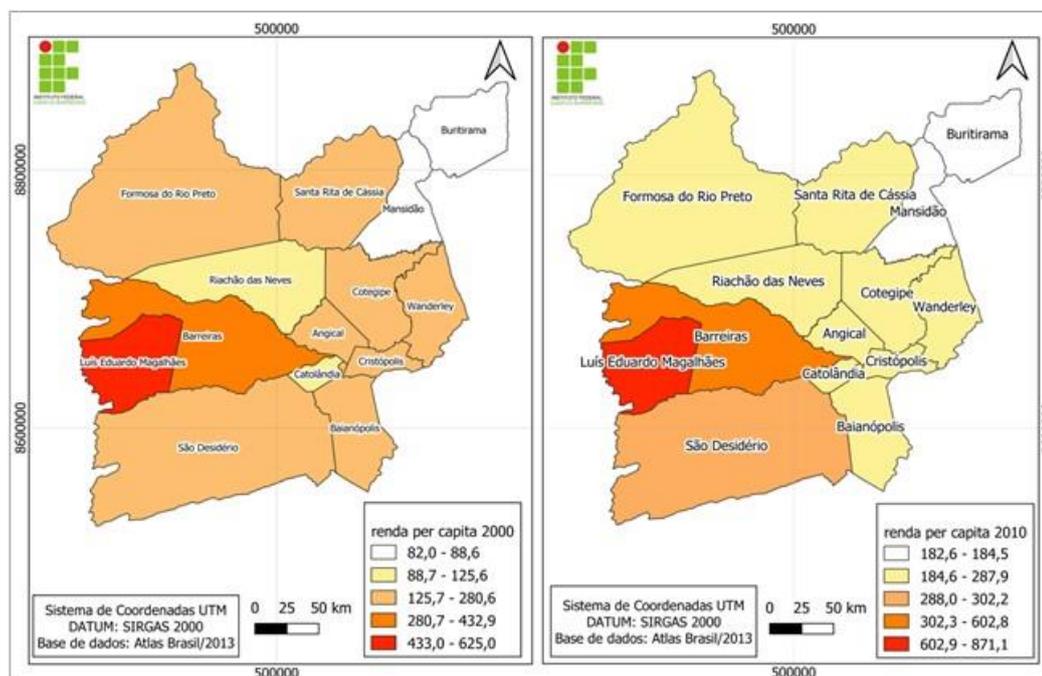
### **Análise dos aspectos socioeconômicos no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande no decênio 2000-2010**

No Brasil, o primeiro decênio do século XXI foi marcado por alterações socioeconômicas que redimensionaram a trajetória de constituição das desigualdades no país. Os avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano 2000 (0,612 – médio) para o ano de 2010 (0,727 - alto) atrelado ao aumento da renda *per capita*<sup>3</sup> dos brasileiros de R\$ 592,46 para R\$ 793,87 e a redução da porcentagem dos vulneráveis à pobreza de 48,39% para 32,56%, no mesmo período, conduziram o Brasil a ocupar melhores posições no *ranking* dos indicadores socioeconômicos no cenário mundial. Contudo, o aumento no número de pobres de 72,75% para 75,19% suscitou controvérsias sobre a eficiência das políticas sociais de enfrentamento às desigualdades.

O processo de superação da pobreza perpassa pela geração de políticas públicas direcionadas àqueles que não possuem meios próprios para suplantar o estágio de pauperismo. Sem a viabilização dessa garantia, os indivíduos imersos na situação de pobreza se tornaram cada vez mais pobres e os ricos muito mais abastados, escamoteando as contradições dentro de uma sociedade que permanece social e economicamente dissidente, embora alguns dados apontem para melhoras significativas no aspecto geral. No Território de Identidade da Bacia do Rio Grande estas contradições são evidenciadas no mesmo espaço temporal referido e precisam ser analisadas, considerando o processo de expropriação e subjugação da população local pelos ditames do agronegócio globalizado (ELIAS, 2012).

No aspecto geral, a média da renda *per capita* de todos os municípios do Território no ano de 2000 foi de R\$ 204,62. No entanto, R\$ 543,04 separavam o município de Luís Eduardo Magalhães (LEM), que possuía a maior renda *per capita* do território (R\$ 625,07), do município de Buritirama, que detinha a menor renda com R\$ 82,03 (Figura 2). No ano de 2010, a média da renda *per capita* do território aumentou em cerca de 54%, ou seja, passou a ser R\$ 315,45. Porém, a diferença entre os municípios também aumentou, uma vez que Luís Eduardo Magalhães se manteve na liderança, possuindo em 2010 uma renda *per capita* de R\$ 871,12 e Mansidão passou a ocupar a última colocação com R\$ 182,65, portanto, com uma diferença de R\$ 688,47. Seguido de LEM, Barreiras (R\$ 602,82) e São Desidério (R\$ 302,20) passaram a ser os municípios com maior renda *per capita*, já Buritirama (R\$ 184,53) e Riachão das Neves (R\$ 212,09) continuaram com os menores valores.

**Figura 2 - Renda per capita no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande no ano 2000 e 2010**



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013).

Ressalte-se que, embora este dado seja importante, a análise geral da renda *per capita* é inócua para se compreender as situações de desigualdade vivenciadas pela população em seus contextos específicos. O princípio desse indicador, a renda *per capita*, consiste na soma de toda riqueza gerada pela população dividida pela quantidade de habitantes em um determinado período, de maneira igualitária, porém, no sistema capitalista ocorre o oposto, já que há, na verdade, um processo de acumulação de riqueza nas mãos de poucos, ampliando, assim, as discrepâncias entre ricos, pobres e extremamente pobres. Além disso, o município pode ter uma renda *per capita* baixa, devido ao grande número de habitantes, e não necessariamente à sua incapacidade de gerar riqueza; e o inverso também se aplica, porém, em nenhum desses casos é possível afirmar que ocorreram melhorias nas condições de vida da população.

Os dados apresentados na Tabela 1 elucidam as carências enfrentadas pelas populações do território que eram classificadas como pobres e extremamente pobres<sup>4</sup> no ano 2000, por deterem uma renda *per capita* ínfima, ao mesmo tempo em que escancaram o afunilamento, em dez anos, do seu já reduzido poder aquisitivo. Nesse ínterim, a renda *per capita* dos extremamente pobres nos municípios de Angical (R\$ 35,99/R\$ 26,67), Barreiras (R\$ 39,62/R\$ 34,32), Cotegipe (R\$ 37,94/R\$ 31,32), Cristópolis (R\$ 34,89/R\$ 31,42), Luís Eduardo Magalhães (R\$ 47,56 /R\$ 37,75), Riachão das Neves (R\$ 26,41/R\$ 23,95), São Desidério (R\$ 26,6/R\$ 23,53) e Wanderley (R\$ 36,54/R\$ 30,36) passou a ser ainda menor e as condições que conduzem à extrema pobreza foram exacerbadas.

A renda *per capita* dos pobres também sofreu regressão no mesmo decênio em Angical (R\$ 62,22/R\$ 61,92), LEM (R\$ 92,48/R\$ 87,46), Riachão das Neves (R\$ 53,92/R\$ 52,42), São Desidério (R\$ 58,17/R\$ 53,8) e Wanderley (R\$ 64,04/R\$ 63,57), tornando as fragilidades das famílias que viviam em situações sub-humanas ainda mais notórias.

A precariedade das condições de vida de uma população está intrinsecamente vinculada às dificuldades de acesso pelos indivíduos das classes mais pobres aos meios básicos de sobrevivência, situação que, ao ser associada à inexistência ou ineficiência dos serviços públicos e a diminuta renda *per capita* das famílias, inviabilizam a continuidade da reprodução humana com dignidade e garantia do exercício da cidadania. A redução da renda *per capita* das populações pobres e extremamente pobres dos municípios do Território, dos anos 2000 para 2010, agudizam os problemas sociais e revelam os meandros de uma sociedade firmada na injustiça social, sujeitando os indivíduos à permanência do avassalador processo de exclusão comandado pela hegemonia do agronegócio.

O município de LEM possuía no ano 2000 cerca de 3.188 pessoas na condição de pobres e, em 2010 passou a ter aproximadamente 6.010 indivíduos nesse segmento. Os números dos extremamente pobres passaram de 750 para 1.803 pessoas e o quantitativo dos vulneráveis à pobreza quase duplicou de 9.378 para 18.632. Paradoxalmente, no mesmo intervalo de tempo, LEM passou a ser uma das economias agrícolas mais expressivas do oeste baiano com incremento de tecnologia e forte atração de capital, possuindo [...] “em 2007, cerca de 30 escritórios exportadores, com destaque para o escritório da empresa Bunge, que exportou mais de US\$ 100 milhões” (FREDERICO, 2011, p. 14).

Outro caso emblemático é São Desidério, um dos municípios baianos que mais cresceu economicamente frente à expressividade do setor agrícola. Contudo, no aspecto social o município possui muitas debilidades, embora o número de pessoas classificadas como pobres, no ano de 2000, apresentou redução de 11.788 para 11.063 em 2010; o número dos indivíduos extremamente pobres aumentou de 6.763 para 7.191 e os vulneráveis à pobreza passaram de 15.460 para 17.425 pessoas. Já o município de Barreiras reduziu o número de pobres de 38.219 para 21.988, os extremamente pobres passaram de 14.612 para 6.871 e os vulneráveis caíram de 67.445 para 56.345 (este último valor corresponde a cerca de 40% da população), no contexto em análise.

**Tabela 1 - Renda per capita dos pobres e extremamente pobres dos municípios que compõem o Território de Identidade da Bacia do Rio Grande no decênio 2000-2010.**

Municípios	Extremamente pobres 2000	Extremamente pobres 2010	Pobres 2000	Pobres 2010
Brasil	35,64	31,66	72,75	75,19
Angical	35,99	26,67	62,22	61,92
Baianópolis	23,75	26,83	42,43	50,97
Barreiras	39,62	34,32	78,45	84,32
Buritirama	13,96	28,15	29,12	54,88
Catolândia	25,48	29,79	47,92	63,04
Cotegipe	37,94	31,32	63,54	62,51
Cristópolis	34,89	31,42	64,60	58,31
Formosa do Rio Preto	23,63	27,50	51,62	52,31
Luís Eduardo Magalhães	47,56	37,75	92,48	87,46
Mansidão	14,9	28,34	33,24	52,01
Riachão das Neves	26,41	23,95	53,92	52,42
Santa Rita de Cássia	24,12	31,04	45,78	58,65
São Desidério	26,60	23,53	58,17	53,80
Wanderley	36,54	30,36	64,04	63,57

Fonte: (PNUD; IPEA; FJP, 2000-2010).

Diferentemente de São Desidério, Barreiras desempenha papel de comando na hierarquia urbana do território, devido à concentração de atividades e serviços, fator que pode ter contribuído para essa redução. Contudo, embora os números tenham apresentado quedas em todas as variáveis, verifica-se que o contingente de pobres, extremamente pobres e vulneráveis à pobreza é muito alto e não condiz com a riqueza gerada pelo município.

**Tabela 2 - Porcentagem das pessoas ocupadas no setor agropecuário nos municípios do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande no decênio 2000-2010**

Municípios	2000	2010
Angical	59,56	56,25
Baianópolis	70,22	58,16
Barreiras	13,81	12,34
Buritirama	67,91	54,09
Catolândia	54,70	48,87
Cotegipe	63,00	55,96
Cristópolis	53,48	42,85
Formosa do Rio Preto	51,90	38,27
Luís Eduardo Magalhães	25,26	15,26
Mansidão	54,82	42,54
Riachão das Neves	48,58	50,45
Santa Rita de Cássia	49,85	48,55
São Desidério	52,67	46,91
Wanderley	61,30	45,37

Fonte: (PNUD; IPEA; FJP, 2000-2010).

A correlação entre a precarização da situação socioeconômica e a valorização do capital pode ser verificada nos dados da Tabela 2, com a porcentagem das pessoas ocupadas no setor agropecuário, e da Tabela 3 com a proporção de pessoas em porcentagem por nível de instrução, nos municípios do Território no decênio em estudo.

À exceção de Riachão das Neves, em todos os municípios do território houve redução na porcentagem das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias de 2000 para 2010 (Tabela 2). Além dessa questão, observa-se que Barreiras e LEM se mantiveram com a menor porcentagem, sendo: 13,81% / 12,34% e 25,26% / 15,26%, respectivamente. Nos demais municípios, cerca de 50% da população estava ocupada nas atividades agrícolas no ano 2000 e a redução desse indicador, em 2010, pode estar atrelada à intensificação do uso da tecnologia nos processos produtivos, o que passou a demandar menos mão de obra.

A substituição do trabalho humano pela máquina é conduzida pelo fator econômico. No setor agroindustrial, esse processo resulta na redução dos postos de trabalhos, na exposição do trabalhador e da população do entorno aos produtos químicos pulverizados nas lavouras, na redução da vegetação local, nos impactos aos solos e lençóis freáticos, na fragilização das relações de trabalho, que perpassam pela contratação de serviços técnicos específicos e esporádicos, e na perda de vínculo dos habitantes do local com seus espaços de vivência tradicionais.

A Tabela 3 distribui a proporção de pessoas em porcentagem por nível de instrução nos municípios do Território cujos dados mais incisivos correspondem à quantidade significativa das pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais sem instrução e com o ensino fundamental incompleto, situação recorrente na maioria dos municípios.

Um dos parâmetros utilizados para aferir o grau de desenvolvimento de uma sociedade é o nível de escolarização de seus indivíduos. No Brasil, é dever do estado garantir a oferta da educação formal com condições que assegurem a permanência dos estudantes na escola e a conclusão da educação básica. Porém, devido à deficiência do Estado brasileiro em garantir esses direitos, os índices de evasão são muito altos, principalmente nas áreas mais pobres do país. É no Ensino Fundamental que a escola começa a competir diretamente com o mundo do trabalho, devido à necessidade de muitos estudantes em prover alguma renda para contribuir com o sustento da família. Essa realidade subsiste no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande, sendo evidenciada por meio dos dados da Tabela 3.

A porcentagem de pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais, sem instrução e com o ensino fundamental incompleto estava acima de 80% em todos os municípios do território no ano 2000, com exceção de Barreiras que possuía a menor porcentagem, 66,5%. E, embora tenha ocorrido redução no ano de 2010, todos os demais municípios estavam com mais de 53%, e até 79%, da sua população com 25 anos ou mais de idade, sem concluir essa etapa da educação básica em 2010, exceto Barreiras que passou a deter 45,8%.

Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

A expressividade desses dados demanda repensar a lógica de produção da riqueza, que exclui a maior parte da população do acesso às condições educacionais necessárias à continuidade de sua educação, tampouco permite ao trabalhador a apropriação adequada dos benefícios gerados pela sociedade. Prover e assegurar a continuidade dos estudos a todos os indivíduos é um fator precursor dos avanços técnico-científicos que conduzirão a sociedade ao desenvolvimento pela via da equidade.

**Tabela 3 - Proporção das pessoas de 25 anos ou mais de idade, em porcentagem, por nível de instrução<sup>7</sup> no Território de Identidade de Bacia do Rio grande no decênio 2000-2010**

Municípios	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto 2000	Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto 2000	Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto 2000	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto 2010	Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto 2010	Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto 2010
Angical	90,2	3,26	6,5	73,3	8,77	16,2
Baianópolis	92,3	3,68	3,91	79,0	7,95	10,8
Barreiras	66,5	10,8	19,4	45,8	13,1	32,7
Buritirama	91,6	3,47	4,51	76,9	8,33	12,2
Catolândia	88,0	3,92	7,52	79,7	6,48	9,82
Cotegipe	93,1	3,13	3,5	76,0	8,41	14,6
Cristópolis	89	4,46	6,44	73,1	10,4	14,6
Formosa do Rio Preto	87,2	3,95	8,06	68,3	11,3	16
Luís Eduardo Magalhães	_*	_*	_* <sup>6</sup>	53,0	13,2	24,5
Mansidão	90,3	3,22	6,45	65,8	9,97	17,5
Riachão das Neves	91,5	1,7	6,66	78,1	9,23	9,6
Santa Rita de Cássia	88,6	4,48	6,76	73,0	9,57	14,7
São Desidério	90,7	3,67	5,49	75,2	9,27	12,8
Wanderley	92,9	2,22	4,61	74,6	8,87	14,2

Fonte: IBGE (2000-2010).

As demais variáveis apresentadas na Tabela 3 (Ensino Fundamental completo com o Ensino Médio incompleto e o Ensino Médio completo com o Ensino Superior incompleto) apontam para avanços tímidos em uma década. Contudo, essa questão tenciona o embate no âmbito social atrelado às questões econômicas, o que nos permite afirmar que, no contexto em análise, essas melhorias não foram capazes de suplantar os retrocessos, devido ao

aprofundamento da pobreza em alguns municípios do território que mais produzem riqueza, assertiva que foi revelada com a redução da renda *per capita* das populações mais carentes.

### **Considerações Finais**

O Território de Identidade da Bacia do Rio Grande comporta complexidades estruturais que prescindem seu processo de delimitação ocorrido no decênio 2000-2010. O advento da atividade agrícola desenvolvida em grande escala a partir da década de 1980 redimensionou as relações sociais e econômicas e consolidou, ao longo dos anos, os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério como principais polos da agricultura moderna, com destaque tanto no cenário estadual quanto no nacional. Contudo, esse desenvolvimento orientado pelos ditames do agronegócio carrega em seu bojo um paradoxo entre a produção da riqueza, e ampliação e manutenção da pobreza.

O enlace comandado por um projeto político, econômico, hegemônico e exógeno reordenou as bases materiais e simbólicas, condicionando áreas agricultáveis ao serviço do capital. Assim, a análise dos dados desta pesquisa indicou que os avanços do setor agroindustrial dos municípios que compõem o Território nos anos 2000 e 2010, não são convertidos em melhorias socioeconômicas para a maioria da população local.

A renda *per capita* por estratificação, as pessoas ocupadas no setor agropecuário e o nível de instrução da população são algumas variáveis cujos dados assinalam para a ampliação das desigualdades instaladas no território, pela ação do estado direcionada ao segmento produtivo que conduz o crescimento econômico concentrado.

O aumento identificado na renda *per capita* dos municípios tem vinculação com a ampliação do setor produtivo, porém, a redução nos valores da renda *per capita* dos pobres e extremamente pobres da maioria dos municípios do Território e o aumento do quantitativo de pobres e extremamente pobres em Luís Eduardo Magalhães e São Desidério são condicionantes que asseveram a manutenção da (re)produção das desigualdades. Nesse sentido, urge a concepção de ações de combate às vulnerabilidades das populações menos favorecidas social e economicamente, o que envolve a criação de políticas públicas que se reflitam nas mudanças dos indicadores sociais, com ênfase na redução das disparidades socioeconômicas.

As fragilidades identificadas nos dados sobre o baixo nível de instrução da população e a necessidade de qualificação profissional ocorreram em paralelo à redução das pessoas ocupadas no setor agropecuário. As heterogeneidades que procederam da confluência e do embate entre a dimensão econômica e a social são agravantes do paradigma produtivo instituído que, conseqüentemente, agravaram as desigualdades entre os municípios que compõem o território, no decênio em estudo.

## Notas:

<sup>1</sup> A abordagem deste artigo contempla parte dos resultados da Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) Campus Barreiras entre os anos de 2019 e 2020.

<sup>2</sup> O PNUD foi construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP) e disponibiliza os dados dos censos realizados pelo IBGE, em uma publicação intitulada Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

<sup>3</sup> Renda *per capita* é a “razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

<sup>4</sup> Para o cálculo da renda dos pobres foi considerada a “média da renda domiciliar per capita das pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais”. Em ambos os casos, o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes e, para os extremamente pobres, foi considerada a “média da renda domiciliar per capita das pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

<sup>5</sup> Considera-se no cálculo deste indicador a “razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas no setor agropecuário e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária” (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

<sup>6</sup> Dados não disponíveis no (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

<sup>7</sup> Corresponde ao “total de pessoas de 25 anos ou mais de idade, em cada um dos níveis de instrução: - Sem instrução e fundamental incompleto; - Fundamental completo e médio incompleto; - Médio completo e superior incompleto; - Superior Completo e para cálculo foi utilizado o total de pessoas de 25 anos ou mais de idade com determinado nível de instrução”. (IBGE, 2000-2010).

## Agradecimento

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), pelo apoio à realização da pesquisa que deu origem a este artigo, a qual teria se inviabilizado sem a concessão da bolsa de iniciação científica.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

BAHIA 2000-2013. Organização de Ranieri Muricy Barreto. São Paulo: Editora Fundação Perseu

Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

Abramo, 2017. (**Estudos - Estados brasileiros**). Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Bahia-web.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF). **Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco**: a industrialização da soja na região do Vale do São Francisco. Brasília: PLANVASF, 1989.

DIAS, Wilson José Vasconcelos *et al.* **Territórios de identidade**: um novo caminho para o desenvolvimento rural sustentável na Bahia. Feira de Santana: Gráfica Modelo, 2006.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais do...** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FLORES, Pedro Maury *et al.* Análise multitemporal da expansão agrícola no município de Barreiras - Bahia (1988 - 2008). **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-19, ago., 2012

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5-23, jan./jul. 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editeis Nacional, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso: 19 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Total de pessoas por nível de instrução**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000-2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0>>. Acesso: 2 dez. 2020.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. O potencial de crescimento da produção de grãos no Oeste da Bahia. **Bahia Agrícola**, v. 7, n. 2, abr. 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**. Brasília: Atlas, 2013. Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso: 12 nov. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil**: consulta em tabela. Brasília: Atlas, 2000-2010. Disponível em: <<https://atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso: 2 dez. 2020.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí**. Feira de Santana: UEFS, 2015.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Os cerrados da Bahia sob a lógica do capital. Rio de Janeiro, **Revista IDEAS**: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan./jun. 2008.

Inserção e Expansão do Agronegócio no Oeste da Bahia: A (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010<sup>1</sup>

SANTOS FILHO, Antonio Muniz dos; RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A revalorização econômica do oeste Baiano a partir da expansão da agricultura moderna e o surgimento de um novo território: o município de Luís Eduardo Magalhães - BA. **Revista Pegada**, v. 9, n. 2, dez. 2008.

**Sobre os autores:**

**Joelia Silva dos Santos** é Licenciada em Geografia pela UNEB, Mestre em Planejamento Territorial pela UEFS e Docente do IFBA. E-mail: joeliaavlis@gmail.com

**Matheus Silva de Oliveira** é discente do Curso Técnico em Alimentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA campus Barreiras e bolsista de Iniciação Científica pela instituição. E-mail: matheussilvamsoliveira@gmail.com